

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 14-01-2026

Ata nº 1

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 08-01-2026

Operações Orçamentais	330 455,90€
Operações de Tesouraria	538 277,14€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por apresentar cumprimentos e dar as boas-vindas a todos os senhores Vereadores, aos técnicos e público presentes na sala, bem como ao público que se encontrava a acompanhar a reunião através da transmissão *online*.

Sendo uma reunião pública, informou que a ordem de trabalhos era composta por três pontos, correspondendo o primeiro ao período de antes da ordem do dia, onde podem ser apresentados e discutidos vários assuntos do interesse para o Município, o segundo ao período da ordem do dia, onde são votados os assuntos elencados na ordem de trabalhos, e, por fim, o terceiro e último momento, correspondente ao período de intervenção do público.

I – Antes da ordem do dia

Aberto o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o propósito de deixar algumas notas, perguntando se algum dos senhores Vereadores se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Nesse seguimento inscreveu-se o senhor Vereador José Adriano Esteves Lima, a senhora Vereadora Fátima Pereira e o senhor Vice-Presidente Manuel José Rodrigues.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que, como primeira nota, referenciou a programação de Natal no Município, focando, no âmbito dela, o concurso “Mostrame a tua Montra”, o qual envolveu um elevado número de entidades e estabelecimentos participantes, concretamente 112, que embelezaram e trouxeram mais dinâmica à Vila na época natalícia.

Mais informou que 58 desses 112 entidades e comerciantes estiveram presentes na sessão que decorreu no dia anterior, entre as 18:30 horas e cerca das 20:30 horas, para a entrega dos prémios, onde se aproveitou a ocasião, não só para os parabenizar, mas também para trocar algumas impressões sobre aquilo que poderá ser feito de futuro, para criar mais dinâmicas ao nível do comércio na Vila, apontando como exemplo a conveniência em se ter os estabelecimentos abertos ao fim de semana, designadamente aos sábados à tarde, para absorver

os possíveis clientes que nos visitam e queiram fazer compras no comércio local.

Considerou que o envolvimento dos comerciantes demonstra, da parte deles, uma grande resiliência e empenho, pese embora os desafios que todos sabem ter de enfrentar, num território de baixa densidade populacional, com um mercado mais curto de clientes, e com o leque alargado de despesas que mensalmente tem de suportar.

Passou, de seguida, a abordar um outro ponto, relativo à reunião que teve lugar, em Ponte de Lima, na segunda-feira anterior, com os Municípios que são atravessados pela linha de alta tensão “Ponte de Lima - Fonte Fria”, concretamente os Municípios de Melgaço, Monção, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Referiu que esteve em cima da mesa a discussão das medidas compensatórias devidas pela passagem desta linha. Relativamente ao concelho de Melgaço informou que esta linha felizmente apenas atravessa uma pequena parte do território, na freguesia de Penso, com cerca de 600 metros, com uma dimensão, pois, muito menor com relação aos outros referidos concelhos.

Referenciou que aquilo que está previsto em termos de medidas compensatórias envolve uma verba para os Municípios na ordem dos 2.000.000,00 EUR, faseada em 10 anos, tendo sido desenhado, no mandato dos anteriores Executivos Municipais, que essa verba se aplicaria na implantação, sob a linha, de espécies autóctones de vinha e na criação de áreas de pastoreio. Explicou que os novos Executivos demonstraram grandes reservas quanto a esta solução, uma vez que no caso da vinha é sabido que tem havido um decréscimo nos consumos, e, consequentemente, nas vendas, e que no caso do pastoreio a área atravessada por esta linha não é propícia à sua criação.

Disse que se encontra já agendada uma reunião com os responsáveis da REN e que, a este nível, está em causa a reformulação da afetação destas compensações e da aplicação do indicado valor em prol dos municípios.

Como terceira nota apontou a reunião da CIM, ocorrida no dia 12 de janeiro de 2026, no edifício Villa Moraes, em Ponte de Lima, em momento prévio ao do processo eleitoral para a CCDR-Norte, encontro esse onde, de entre os vários assuntos da ordem de trabalhos, se destacou um pedido de reunião do Presidente do Conselho Intermunicipal com a Infraestruturas de Portugal, para que seja feito o ponto de situação e a revisitação dos dossiers que estão nas mãos desta entidade, realçando-se, no que diz respeito a Melgaço, o caso da construção das duas rotundas, a do Cruzamento que dá acesso ao Centro de Estágios e também a que dá acesso à Zona Empresarial de Alvaredo.

Referiu que, também no âmbito dessa reunião, foi discutida a reprogramação do Norte 2030,



tendo informado que vai haver um corte no objetivo específico 5.1 ("Regeneração Urbana"), de 10,6% (significando, dentro do leque das candidaturas que o Município de Melgaço tem submetidas e viu aprovadas, um corte de cerca de 500.000,00 EUR), e que vai ser feito um reforço para o objetivo específico 5.3, que tem a ver com a habitação social (reforço esse que é quase o triplo da verba que estava inicialmente prevista). Informou que relativamente a Melgaço tal significa que o Município vai ter que perder alguns dos projetos que tinha candidatados.

Acrescentou que procurou negociar com os demais Municípios da CIM a possibilidade de haver um menor corte no objetivo 5.1 ("Regeneração Urbana") para Melgaço, o que se traduziria na contrapartida de lhes facultar o reforço, em igual medida, do objetivo 5.3 ("Habitação Social"), sendo certo que nenhum dos outros municípios revelou ter abertura para esse acordo, por nenhum deles pretender reforçar a aposta no investimento em habitação social.

Como nota final comunicou a realização de uma reunião, no dia anterior, com o Presidente do Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A, o senhor Engenheiro António Cardoso, na ocasião acompanhado do Dr. Paulo Queiroz, onde se discutiram dois dossiers relativos a Melgaço. Informou que um desses dossiers se relaciona com o estabelecimento de um acordo de pagamento faseado da dívida do Município às Águas do Norte, S.A., pelo fornecimento de água em alta, relativa a todo o ano de 2025, no valor de 629.000,00 EUR, dando nota de que existe abertura da parte do Conselho de Administração daquela entidade para que o pagamento desta dívida se possa processar em 3 anos, o que se espera seja aceite.

Informou que se tratou, igualmente, naquela reunião, enquanto segundo dossier, da dívida do denominado "Protocolo de Espinho", que já vem do ano 2006, relacionadamente com o trabalho de elaboração de projetos e apresentação de candidaturas, a fundos comunitários, nas áreas da água e do saneamento. Sobre este assunto comunicou terem-se deparado com a existência de uma dívida relacionada com este protocolo, o que para o atual Executivo Municipal constituiu uma grande surpresa, não só por perdurar desde há quase 20 anos a esta parte como também pelo facto de nunca ter sido sequer inscrita no Orçamento com vista a ser paga. Reportou que o capital em dívida ascende ao valor de 141.711,89 EUR, com faturas emitidas e por pagar desde o ano de 2010, sendo que os juros de mora, no montante de 190.696,00 EUR, já superam, inclusive, e em muito, a dívida de capital, totalizando a dívida, entre capital e juros, mais de 330.000,00 EUR. Adiantou que não se consegue perceber o porquê de se ter deixado acumular esta dívida até hoje. Disse ter procurado sensibilizar os representantes da empresa para a possibilidade de virem a ser perdoados, no todo ou em parte, os juros de mora, proposta que o interlocutor ficou de estudar. Referenciou, ainda no âmbito desta reunião, que aproveitaram a ocasião para abordar outras

questões relacionadas com o tratamento dos resíduos sólidos urbanos e com a gestão das Etar's, que presentemente está contratualizada pela Águas do Norte, Etar's essas que, no caso de Melgaço, se circunscrevem à da Vila e à de Remoães.

Após a apresentação destas notas o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que, no uso dela, começou por cumprimentar os senhores Vereadores, os colaboradores da Câmara Municipal, e o público presente na sala e que se encontrava a assistir *online*.

Passou, seguidamente, a abordar uma questão que se prende com o estado do SNS. Sobre este assunto alertou para o facto de a distância a que os Melgacenses se encontram das urgências principais do distrito ser de 100 km, a contar da Vila, ou de 140 Kms para, por exemplo, um utente residente no lugar do Ribeiro de Baixo. Referiu, ainda sobre esta temática, que foi noticiada a pretensão de o Governo adquirir 275 novas viaturas, entre as quais 34 seriam VMER's (Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação). Face a isto, e tendo em conta o facto de existir apenas 1 VMER no Distrito de Viana do Castelo, a qual se encontra situada precisamente em Viana, apelou à necessidade de o Município exigir que uma destas 34 novas viaturas esteja mais próxima de Melgaço, bem como à união de esforços para se conseguir atingir este propósito.

Ainda no uso da palavra, abordou um outro assunto, que tem a ver com os acidentes de viação com javalis, que têm acontecido com muita frequência nesta época, mormente na estrada entre a Vila e São Gregório, na Estrada Nacional 202. Sugeriu, nesta sequência, que se falasse com as Infraestruturas de Portugal no sentido de se apurar se é necessário colocar ou recolocar vedações em algumas zonas da estrada. Disse, também, que se deveria realizar uma reunião com as associações de caça, no sentido de se programarem algumas batidas. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que se juntassem todas estas entidades, a fim de se ver o que é possível fazer relativamente a esta questão.

Por fim, colocou a dúvida de saber para quando é que se prevê a reabertura das piscinas municipais, que estão a ser alvo de uma pequena intervenção.

Finda a intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Vereador José Adriano Lima, que apresentou os seus cumprimentos a este último, aos senhores Vereadores, aos funcionários da autarquia e ao público presente e àqueles que seguiam a reunião à distância.



Pegando na intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal no período de Antes da Ordem do Dia, aproveitou para se associar às felicitações a todos os comerciantes que foram distinguidos no dia anterior, bem como a todos os comerciantes pela sua participação nas atividades de Natal promovidas pelo Município.

Passou, de seguida, a abordar um outro assunto, desta feita respeitante à linha de muito alta tensão, dizendo, sobre este ponto, que existem as compensações que estão previstas na lei e que o que se veio a trabalhar, há alguns anos a esta parte, foi a possibilidade destas irem para além das previstas na lei. Considerou ser muito importante que existam estas compensações para os territórios. Disse que apesar de no concelho de Melgaço esta linha atravessar apenas 600 metros, a verdade é que é importante que se compense as pessoas que são afetadas, facto pelo qual disse fazer todo o sentido que se reivindique este tipo de compensações, que vão para além do que está estipulado na lei, beneficiando-se, assim, o território.

Como segundo comentário aos assuntos elencados pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, abordou a questão da reunião com as Infraestruturas de Portugal (I.P.), dizendo que as pressões junto desta entidade deveriam ser feitas, também, pelas CIM's e não exclusivamente pelos Municípios.

Sobre este assunto, e particularmente sobre a rotunda junto ao COCA Hipermercados, disse que este projeto se encontra já numa fase bastante avançada, porque o Município sempre lhe atribuiu grande importância e urgência, sendo sua opinião que faz todo o sentido que essa rotunda exista ali naquela zona, por uma questão de conforto e segurança na circulação de todos quantos passam naquele local. Atribuiu a mesma importância à rotunda na proximidade da Zona Empresarial de Alvaredo.

Relativamente à questão dos cortes no financiamento na parte da "Regeneração Urbana", em benefício de um reforço quanto à habitação, abordados pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, apelou a que se olhasse com bom senso para esta questão, para se perceber quais são as necessidades e os projetos a executar nestas duas áreas.

Neste seguimento o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que este corte é inevitável, uma vez que é ditado pela União Europeia, e vai trazer complicações para os Municípios que têm candidaturas aprovadas, referindo que o Município de Melgaço se encontra a fazer esta negociação, que sempre anteviu como difícil, pelo facto de os outros municípios não quererem mais habitação social, no sentido de tentar a transferência e a alocação das verbas dos cortes entre um e o outro dos eixos ou Objetivos Específicos. Apesar desta dificuldade, referiu que



a própria CIM do Alto Minho vai tentar a negociação dos cortes e reforços junto de outras Comunidades Intermunicipais.

Retomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima que, desta feita, passou a falar sobre a questão da água e da dívida de água. Lamentou a existência desta dívida e o valor exagerado do preço que se paga pelo abastecimento de água. Referiu que a água é um bem essencial e que se deveria tentar reduzir a dependência do fornecimento por empresas. Considerou que este é um dos assuntos que o Município de Melgaço, não só isoladamente, mas também em conjunto com os outros municípios, e até com o apoio de entidades como as CIM's e a Associação Nacional de Municípios, entre outras, deve trabalhar, por se estar perante temáticas que têm uma importância preponderante.

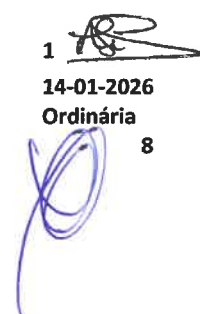
Sobre o "Protocolo de Espinho" disse já ter ouvido alguma coisa sobre o mesmo, desconhecendo, contudo, pormenores, termos e enquadramentos da dívida, supondo que se a situação chegou a este ponto é porque o Município não reconheceria essa dívida.

Passou, seguidamente, a colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber qual o ponto de situação em termos de nomeação dos novos elementos ou membros nas empresas municipais, a Melsport, a Cura Aquae e a Quintas de Melgaço.

Finda a intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima, tomou a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel José Rodrigues, que começou por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores Vereadores presentes, o público presente na sala e o que se encontrava a assistir à reunião de forma remota.

Prosseguiu dizendo que a questão que queria trazer ao conhecimento de todos se prendia com a situação caótica em que se encontra a Melsport, onde neste momento existe uma dívida a fornecedores superior a 400.000,00 EUR, nos quais se incluem 100.000,00 EUR de dívida relativa à prova XCO, que ocorreu em julho do ano passado, a qual teria que ser paga até ao dia 22 do mês corrente, sob pena de ter que se devolver uma parte do dinheiro que foi atribuído, a título de apoio, pelo Turismo de Portugal. Mais referiu que a Melsport não tem esses 100.000,00 EUR que ainda falta pagar e que se está a tentar fazer um acordo de pagamento com os principais fornecedores dessa prova.

Considerou que vai ser necessário criar um plano muito ajustado para conseguir que esta empresa municipal gere mais receita.



Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que passou a responder às intervenções feitas pelos senhores Vereadores, começando pela senhora Vereadora Fátima Pereira. Nesse seguimento referiu que os problemas do Sistema Nacional de Saúde (SNS) são antiquíssimos e que, até à presente data, não foram completamente resolvidos pelos sucessivos governos que tem estado à frente da governação em Portugal. Disse todos termos de ter a noção de que o Ministério da Saúde tem uma despesa de milhares de milhões, mas que nós, portugueses, temos que nos considerar uns privilegiados pelo facto de termos um SNS que, fora a questão dos *timings* de resposta, tem capital humano, quadros técnicos extremamente qualificados e instalações que são, no geral, muito dignas. Disse que devido à grande procura, também relacionada com o fenómeno da imigração, se têm colocado desafios muito grandes ao SNS, mas que a solução para enfrentar esses desafios e para solucionar os problemas que tem sido notícia não passa por, simplesmente, se demitir ou substituir a senhora Ministra, titular da pasta da saúde. Considerou que as recentes perdas de vidas humanas, que disse muito lamentar, nem sequer tem o foco propriamente dito no funcionamento do SNS mas antes na falta de capacidade de resposta de entidades como no INEM e dos meios, designadamente ambulâncias, ao dispor dos Bombeiros.

Referiu que temos, de facto, de ser reivindicativos e exigentes, porque são vidas humanas que estão em causa, mas que também temos que ter a seriedade de conseguir enquadrar os problemas da forma como devem ser enquadrados.

Relativamente à realidade de Melgaço, disse que esta problemática da saúde é uma reivindicação que a todos deve unir, pelo facto deste concelho ter uma população envelhecida, o que, por si só, faz aumentar, em grande medida, a necessidade de cuidados de saúde, mas também pelo facto, igualmente referido pela senhora Vereadora Fátima Pereira, que tem a ver com a distância até ao hospital central mais próximo e com os tempos de resposta.

Deu nota, a este propósito, que já teve a oportunidade de falar, duas ou três vezes, com o Dr. José Manuel Cardoso, Presidente do Conselho de Administração da ULSAM, tendo-lhe, inclusivamente, pedido para vir visitar as obras que estão a decorrer no Centro de Saúde de Melgaço, e para poderem conversar sobre a questão do apetrechamento desse mesmo Centro em termos de mobiliário, assim como sobre a possibilidade de aceleração da implementação do modelo de Unidade de Saúde Familiar (USF). Transmitiu que aquilo que está proposto a discussão é o reforço do horário de atendimento aos utentes na parte da manhã, uma vez que os responsáveis da nossa unidade de saúde entendem que as pessoas do concelho, utentes do Centro de Saúde, o procuram mais na parte matinal e que os transportes são mais frequentes nesta parte do dia.



Informou que a solicitada visita está agendada para breve, sendo que se aproveitará a oportunidade para se falar da questão da aquisição das novas viaturas, designadamente das VMER's, e reivindicar que uma delas fique localizada na região e se possível próximo de Melgaço.

Relativamente à questão dos acidentes, com javalis, nas vias rodoviárias, levantada pela senhora Vereadora Fátima Pereira, começou por lamentar os acidentes que tem ocorrido, felizmente sem danos pessoais. Informou, quanto a este assunto, que está prevista, para o dia 25 de janeiro, uma segunda batida ao javali, a qual se encontra condicionada à emissão de parecer por parte das Infraestruturas de Portugal e de uma informação por parte da proteção civil local, já emitida, no sentido de estarem salvaguardadas as condições em termos de logística, meios humanos e de policiamento. Referiu que, tal como em anteriores ocasiões, o trânsito entre a Valinha e Penso será fechado na Variante Nova às EN 202 e 301 e que a organização desta batida irá estar a cargo de associações de caça locais. Indicou que esta é uma das formas de se mitigar este problema, e aceitou veicular a necessidade de que ações desta natureza sejam levadas a cabo também na zona da estrada que vai da Vila a S. Gregório, reportando a hipótese da sua realização às associações de caça com campo de intervenção nesta área geográfica.

Finalmente, quanto à questão das piscinas municipais, informou que estas foram intervencionadas há cerca de um a dois anos a esta parte e que, desde então, já foram fechadas por mais do que uma vez, por problemas de desconformidade ou defeitos no âmbito da execução da empreitada. Deu nota de que o que concretamente estava a acontecer, relacionadamente com esta nova intervenção, era a perda de água pela base da piscina, junto ao tubo de descarga, por conta da qual foi necessário fazer, contrariamente àquilo que tinha sido indicado de início, o esvaziamento completo do tanque, tendo-se escolhido para a execução deste procedimento a época do Natal, por ser um período em que as piscinas se encontram habitualmente fechadas. Explicou que após este vazamento foi necessário reencher os tanques e colocar os três equipamentos de aquecimento a trabalhar, prevendo-se que em duas semanas a temperatura da água estivesse reposta, facto que não se verificou, uma vez que a temperatura ideal anda nos 27° e só se conseguiu atingir os 20°, impossibilitando a reentrada em funcionamento dentro do prazo inicialmente previsto.

Pedi a palavra para dar informações atualizadas sobre este assunto o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo referido, a propósito, que havia recebido há momentos uma mensagem com a informação de que a água da piscina grande já se encontrava nos 26 graus, facto que iria permitir a antecipação da abertura desta infraestrutura.

Ainda sobre a questão das piscinas, o senhor Presidente da Câmara Municipal deixou o seu agradecimento aos colaboradores pela disponibilidade em se deslocarem à cidade de Madrid para irem buscar uma placa elétrica, que havia queimado, para uma das caldeiras, de forma a possibilitar que o aquecimento da água fosse promovido o quanto antes e a reabertura das piscinas também pudesse acontecer com a maior brevidade possível. Mais referiu, nesse seguimento, que tudo aquilo que é humanamente possível está a ser feito para que a reabertura das piscinas ocorra no mais curto espaço de tempo.

Em resposta à intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por abordar a questão do preço da água em alta. Referiu, a esse propósito, que as Águas do Norte só estão a fornecer água para duas freguesias do concelho, Paderne e Vila, não obstante tal se traduzir em cerca de 50% da água que é consumida no concelho. Informou que os responsáveis da empresa, compreensivelmente em defesa dos interesses das Águas do Norte, propuseram ao Município serem eles a passar a fornecer também a freguesia de Chaviães, o que não foi aceite, tendo em conta que o Município já tem uma estrutura criada para o fornecimento nessa área e que o objetivo passa por não aumentar mais os custos. O Vereador José Adriano Lima disse que já no passado havia sido decidido assim.

De regresso ao uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota de que se discutiram formas de se poder vir a reduzir as tarifas, explicando que os custos de abastecimento nos territórios do interior são muito maiores do que nas grandes cidades, dando como exemplo os preços para 10.000 consumidores em Melgaço, numa vasta área territorial, comparativamente com igual número no Porto ou em Braga. Considerou que a grande aposta do Município, para tentar reduzir os custos com o fornecimento de água, terá de passar pela redução das perdas, o que permitirá, consequentemente, a redução da fatura da água.

Relativamente à questão levantada sobre os órgãos sociais das entidades do grupo empresarial local, disse que a Melsport já tem os seus órgãos compostos com os novos membros, os quais já tomaram posse. Sobre a Cura Aquae referiu que já foram feitas reuniões e tomadas de posse. Explicou que o anterior Presidente do Conselho de Administração, o senhor Dr. Manoel Baptista, apresentou, pela razão do fim de mandato e também por razões de ordem pessoal, a renúncia ao cargo, a qual foi aceite em Assembleia Geral, onde foram nomeados novos membros, sendo certo que ainda há momentos, na hora do almoço, havia o senhor Presidente da Câmara assinado os requerimentos a ser apresentados no registo comercial para efeitos de mudança dos representantes dos órgãos sociais.

Relativamente à sociedade Quintas de Melgaço informou que está já marcada uma Assembleia Geral, onde serão eleitos os novos membros dos Órgãos Sociais. Ainda a este nível deu nota que houve dois administradores que puseram o lugar à disposição, no seguimento deste último processo eleitoral, o Dr. Pedro Soares e o senhor Bártolo Pinheiro, tendo sido aceite a saída deste último de membro do Conselho de Administração, mas não a do Dr. Pedro Soares, por várias ordens de razões, designadamente pelo trabalho meritório que se encontra a desenvolver à frente da empresa.

Concluiu este assunto comprometendo-se, por pedido nesse sentido do senhor Vereador José Adriano Lima, a entregar aos Vereadores do Partido Socialista um levantamento com os novos elementos dos Órgãos Sociais das empresas municipais.

Quanto ao assunto trazido à discussão pelo senhor Vice-Presidente, relativo à Melsport, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que o Município tem injetado cerca de 1.000.000,00 EUR por ano na empresa, o que se traduz num esforço financeiro muito grande, mas ainda assim insuficiente. Indicou que há bem pouco tempo teve conhecimento, pelo senhor Vice-Presidente, de que existe este buraco de 400.000,00 EUR nas contas, que o Município certamente terá de cobrir, adicionalmente àquilo que têm sido as usuais transferências de verbas. Referenciou que o Município quer, por questões de introdução de dinâmicas e de visibilidade do território, trazer para aqui provas de grande envergadura, como a prova de XCO, do campeonato de Europa, ocorrida em julho de 2025, mas importando salientar que o custo desta prova andou na ordem dos 400.000,00 EUR, e que agora é necessário descobrir onde é que se vai buscar os 100.000,00 EUR que ainda falta pagar para cobrir a dívida com ela originada, sob pena de se vir a avolumar ainda mais o problema.

Na sequência desta intervenção, pediu a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima que, no uso dela, disse que não esteve à frente da Melsport, nem conhecia todos os pormenores deste processo, mas que era do seu conhecimento que parte dos custos desta prova de XCO eram financiados, ao que lhe foi respondido que esse financiamento, de pouco mais de 1/3, não cobria os custos com a realização.



II - Ordem do dia

Administração Municipal

1. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 25 de 30-12-2025.

O Executivo deliberou, por unanimidade, a aprovação da Ata n.º 25 de 30-12-2025.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

2. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

3. Presente para efeitos de aprovação a proposta de Auxílios Económicos de Ação Social Escolar - Candidatura Extemporânea, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 14189 de 22-12-2025 e no uso da competência prevista na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de Auxílios Económicos de Ação Social Escolar – Candidatura Extemporânea, no valor de 70,00€.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Gestão Municipal

4. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do projeto de decisão de adjudicação, adjudicação, minuta de contrato da empreitada "Requalificação de edifício multifamiliar de habitação social", que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que o mesmo tem a ver com a temática do edifício multifamiliar, que já tem vindo a ser debatido nas últimas reuniões de Câmara Municipal, tendo culminado com a resolução, definitiva, do primeiro contrato de empreitada e o subsequente lançamento de um novo concurso. Deu nota de que se tem aqui mais um problema para resolver, porque a proposta apresentada no

segundo concurso é cerca de 100.000,00 EUR mais alta do que a obtida aquando do primeiro. Alertou, mais uma vez, que o Município corre o risco de vir a perder parte do financiamento se não conseguir executar esta empreitada nestes 6 meses, até 30 de junho deste ano, facto que levou a ter de se agilizar este procedimento, que agora se apresentou para ratificação.

Explicou ainda que se optou pelo procedimento contratual de consulta prévia com convite a 6 entidades, tendo havido um pedido de prorrogação do prazo para apresentação de propostas, e tendo sido apresentada apenas uma proposta, pela empresa Full Projekts, que é a empresa que se encontra a realizar a obra do Cento de Saúde.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 13732 de 12-12-2025 e no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação:

1. Do início de procedimento contratual e respetivas peças;
2. Da prorrogação de prazo para apresentação de propostas;
3. Do projeto de decisão de adjudicação, adjudicação à empresa Fullprojekts, Lda, pelo valor de 949 378,72€ + IVA à taxa legal em vigor, pelo período de 180 dias, bem como da minuta de contrato

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Gabinete de Projetos

5. Presente para efeitos de aprovação as medidas a imputar ao programa Incentiva + TP2026, bem como a proposta na qual seja atribuída eficácia retroativa às deliberações, com efeitos a 1 de janeiro de 2026, uma vez que na transição do ano civil anterior para o corrente não foi interrompida a aplicação das medidas vigentes em 2025, que ficará anexa a esta ata.

O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 101 de 06-01-2026:

1. A aprovação das medidas a imputar ao programa Incentiva + TP2026, nos seguintes termos:
 - a) Manutenção de serviços mínimos das carreiras municipais contratualizadas (contratos n.ºs 83/2021 e 11/2025), cujo valor global estimado para o ano de 2026 ascende a 35 640,00;
 - b) Continuação da medida de transporte gratuito à sexta-feira (dia de feira semanal) nas carreiras de âmbito municipal operadas no concelho, que se estima em 2.000 EUR para 2026;
 - c) Autorizar a imputação de custos com outras medidas com enquadramento no Decreto-Lei n.º 21/2024, de 16 de março, cuja despesa seja autorizada nos termos legais aplicáveis.

2. A aprovação da atribuição de eficácia retroativa às deliberações, com efeitos a 1 de janeiro de 2026, uma vez que na transição do ano civil anterior para o corrente não foi interrompida a aplicação das medidas vigentes em 2025

O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

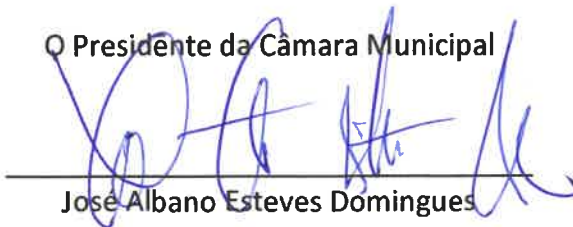
III – Período da Intervenção do Público:

Neste período não houve qualquer manifestação de vontade do público para intervir, tendo em face disso o senhor presidente da Câmara agradecido a presença dos eleitos e do público e dado a reunião por encerrada, quando eram as 15:38 horas.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.38 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ana Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues